

Falta perspectiva para o operário da

O maior, e a bem dizer, único contingente exclusivo do operariado de Brasília — os trabalhadores da construção civil — está sem perspectiva de retomada do nível de emprego. Últimos cinco anos a categoria foi reduzida à metade (33.578 trabalhadores empregados em dezembro de 1978, contra uma previsão de 64 em dezembro do ano passado, segundo dados da Codeplan) e, conforme a socióloga Nair

esperada se for implantado, no país, um modelo de crescimento econômico que priorize o setor industrial e reative o setor produtivo".

Mestre em Sociologia pela UnB, onde apresentou em 1978 a dissertação "Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política", publicada posteriormente pela Editora Vozes, Nair Bicalho defende a criação de programas emergenciais de emprego na área da construção civil, que "apresentam resultados do ponto de vista social e da geração de empregos". Concluindo novos estudos para uma tese de doutorado em Ciência Política na USP, ela aprofunda agora a compreensão sobre o comportamento político dos operários da construção civil, mas adianta que a situação da categoria, em si, nada mudou. "O desemprego e a fome continuam a ser os seus problemas mais sérios", afirma.

Canteiro de obras

Durante os primeiros anos da construção de Brasília, quando a população local (seis mil pessoas) era superada pelos que chegavam para

dústrias (6.283 pessoas, segundo o primeiro recenseamento de Brasília, promovido pela inspetoria regional de estatística de Goiás), não era menos difícil a vida do operário.

Conforme relata Nair Bicalho no seu livro publicado pela Editora Vozes, no enorme canteiro de obras para onde vieram mineiros e goianos, dava-se uma jornada de trabalho de 14 a 18 horas diárias, sem domingo ou feriado; morava-se em acampamentos que proporcionavam melhores ou piores acomodações de acordo com a função exercida pelo trabalhador; os salários eram baixos e a vida cara; acumulavam-se as irregularidades com relação ao cumprimento da legislação trabalhista.

Com todos estes problemas a enfrentar, os trabalhadores da construção civil fundaram a primeira organização que funcionaria como aglutinadora de forças: a Associação dos Profissionais da Construção Civil, criada em 1958, e cujas primeiras reivindicações centravam-se na necessidade de melhoria dos alojamentos, equiparação do salário mínimo pago no Distrito Federal àquele em vigor no Sudeste e a criação de juntas de julgamento e conciliação em Brasília.

ate 1964, lembra Nair Bicalho. Segundo ela, ate este periodo as greves que ocorreram quase sempre tiveram questões salariais como motivo e os grevistas contaram com dois suportes: os parlamentares de linha mais progressista ou do próprio presidente Juscelino Kubistchek. "No periodo populista Brasília não destoava dos outros grandes centros e as categorias profissionais promoviam aqui passeatas e atos públicos de pressão", frisa ela, entendendo que "a diferença em relação a hoje é o resultado de 20 anos de autoritarismo, através dos quais as pessoas acabaram introjetando receios e medos fundamentados muitas vezes na observação do que aconteceu às lideranças de antes de 1964".

mostra grande força até 1964, desconhecendo inclusive a figura do pelego, deste período até 75/77 "é um sindicalismo imobilista, que não reivindica, não aparece com força coletiva", historiadora Nair Bicalho, observando depois deste período uma rearticulação do movimento sindical com a criação de associações de profissionais de classe média (psicólogos, jornalistas, sociólogos, bancários e outros). Em 1979 "como uma abertura de dique e à falta de canal de reivindicação, estouram os movimentos grevistas no Brasil e em Brasília — embora a categoria da construção civil neste momento estivesse isolada porque Brasília não tem um